

Informática e Sociedade

1º período

Luis Carlos Martins





ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA UNIVALI

Reitor: **José Roberto Provesi**

Vice-Reitor: Mário César dos Santos

Procurador Geral: Vilson Sandrini Filho

Secretário Executivo: Nilson Scheidt

Pró - Reitoria de Ensino: Amândia Maria de Borba

Pró-Reitor de pesquisa, Pós- Graduação, Extensão e Cultura: Valdir Cechinel Filho

EQUIPE DE PRODUÇÃO

Coordenação Geral: Margarete Lazzaris Kleis

Departamento de Educação a Distância - UNIVALI

Apoio Técnico e Logístico: Jeane Cristina de Oliveira Cardoso

Departamento de Educação a Distância - UNIVALI

Coordenador do Curso: Luis Carlos Martins

Professor Autor: Luis Carlos Martins

Revisão: Leoni Berger

EDITORAÇÃO:

DELINEA DESIGN SOLUÇÕES GRÁFICAS E DIGITAIS LTDA

Coordenação Geral:

Charlie Anderson Olsen

Larissa Kleis Pereira

Projeto Gráfico e Revisão:

Charlie Anderson Olsen

Frederico Carvalho

Larissa Kleis Pereira

Ilustrações:

Alexandre Beck

Diagramação:

Michael Bernardini

Thainá Kleis Pereira

Apresentando nossa proposta

Você já percebeu o quanto nós seres humanos dependemos uns dos outros? Somos seres sociais, vivemos em comunidades e nos relacionamos em grupos sociais. Ao morar numa determinada localidade você está convivendo com outras pessoas em diversos ambientes como a família, a escola, o trabalho. E nessa convivência nos deparamos com necessidades e interesses individuais (da pessoa) e coletivos (do grupo).

Como entender essas relações sociais, as maneiras de pensar, agir e sentir de um determinado grupo social? É aí que a Sociologia exerce um papel importante!

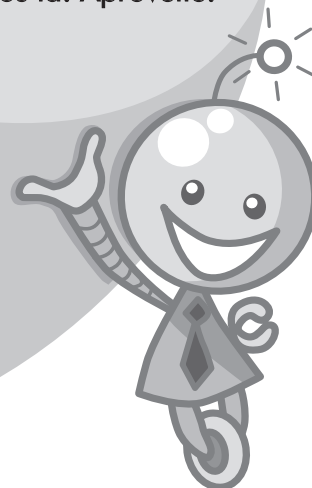
E a Informática? Como se encaixa nesse contexto? Bem, digamos que o ser humano ao ampliar seu conhecimento e criar tecnologias como por exemplo, o computador e o celular, influenciam de alguma maneira a vida em sociedade. Em grande parte, essas tecnologias são aplicadas para o benefício do próprio ser humano, mas também ocorrem fatos lamentáveis quando utilizados com objetivos de prejudicar pessoas e instituições.

Você imagina qual será o objetivo desta disciplina denominada Informática e Sociedade? Podemos ter diversos propósitos ao estudar estes dois temas de maneira relacionada. Optamos pelo objetivo principal de compreender a importância e os impactos das tecnologias de informação e comunicação na sociedade contemporânea visando uma atuação profissional ética e socialmente responsável.

Para cumprirmos este objetivo principal precisaremos conhecer parte da história da Sociologia e os principais pensadores, para, a partir deles compreender as relações do indivíduo com a sociedade. Na sequência, vamos contextualizar a Sociedade da Informação para discutirmos as aplicações e impactos das tecnologias de informação e comunicação. Com essa visão, teremos, então, melhores condições para entender a importância da nossa atuação profissional.

No decorrer desta disciplina você terá oportunidade de ler os textos, debater em grupos questões sobre os temas abordados e participar dos fóruns de discussão. Vamos iniciar nossa caminhada?

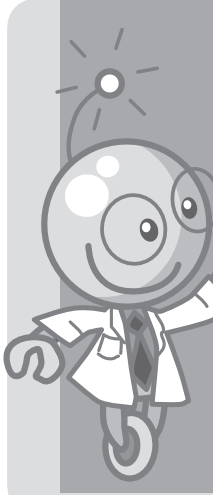
Vamos lá! Aproveite!



SUMÁRIO

Aula 1: Introdução à Sociologia	5
Aula 2: O Indivíduo e a Sociedade	23
Aula 3: Sociedade da Informação	41
Aula 4: Impactos das Tecnologias de Informação e Comunicação.....	57
Aula 5: Profissionais da área de Computação e Informática	75
Aula 6: Moral e Ética	87
Aula 7: Ética Profissional	97

AULA 6 - Moral e Ética



Planejando nossa aula – Nesta aula serão abordados os termos “moral” e “ética”. Ao final desta aula você será capaz de reconhecer as diferenças entre estes dois termos, bem como compreender as noções gerais sobre “ética profissional”.



Iniciando o assunto

O ser humano vive em sociedade, convive com outros seres humanos e, portanto, cabe-lhe pensar e responder à seguinte pergunta: “Como devo agir perante os outros?” Trata-se de uma pergunta fácil de ser formulada, mas difícil de ser respondida.

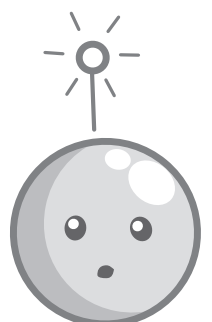
No dia-a-dia nos deparamos com diversas situações que exigem uma decisão pessoal. Toda vez que isso ocorre estamos diante de uma decisão que envolve julgamento moral da realidade e decidimos com base no que consideramos bom, justo ou moralmente correto. Você já deve ter ouvido sobre “moral” e “ética”, mas será que estes termos têm o mesmo significado? Acompanhe...

6.1 Conceito de Moral e Ética

Ética é uma palavra de origem grega com duas interpretações possíveis. A primeira é a palavra grega *éthos*, com “e” curto, que pode ser traduzida por costume. A segunda também se escreve *éthos*, porém com “e” longo, que significa propriedade do caráter. A primeira serviu de base na tradução pelos romanos para a palavra latina *mores* e que deu origem à palavra Moral, enquanto que a segunda orienta a utilização atual que damos à palavra Ética.

Talvez esteja aí a origem da costumeira confusão que se faz sobre moral e ética. Embora os dois termos estejam inseridos na área do comportamento humano, eles não são termos equivalentes sendo um erro utilizá-los como se fossem sinônimos.

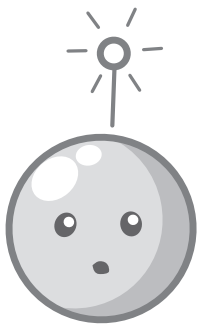
Segundo Cotrim (2002) a Moral é o conjunto de normas, princípios e costumes que orientam o comportamento humano, tendo como base os valores próprios a uma dada comunidade ou grupo social.



A moral é normativa a partir de um conjunto de regras, valores, proibições e tabus que provêm de fora do ser humano, ou seja, que são cultivados ou impostos pela política, costumes sociais, religiões ou ideologias.

Como as comunidades ou grupos sociais são distintos entre si, tanto no espaço (região geográfica) quanto no tempo (época), os valores também podem ser distintos dando origem a códigos morais diferentes. Assim, **a moral é mutável e está diretamente relacionada com práticas culturais**. Exemplo: o homem ter mais de uma esposa é moral em algumas sociedades, mas em outras não.

Para Cotrim (2002) a ética é um estudo reflexivo das diversas morais, no sentido de explicitar os seus pressupostos, ou seja, as concepções sobre o ser humano e a existência humana que sustentam uma determinada moral.



Segundo Cordi (2003, p.62), “ética é uma reflexão sistemática sobre o comportamento moral. Ela investiga, analisa e explica a moral de uma determinada sociedade”.

A ética, então, pode ser o regimento, a lei do que seja ato moral, o controle de qualidade da moral. Daí os códigos de ética que servem para as diferentes micro-sociedades dentro do sistema maior.

Anotações

A ética define-se como o conhecimento, a teoria ou a ciência do comportamento moral. É através da ética que compreendemos, explicamos, justificamos, analisamos criticamos e, se assim quisermos, aprimoramos a moral da sociedade. A ética, em última análise, é a definidora dos valores e juízos que norteiam a moral.

Compete à ética, por exemplo, o estudo da origem da moral, da distinção entre comportamento moral e outras formas de agir, da liberdade e da responsabilidade e de questões como a prática do aborto, da eutanásia e da pena de morte. Conforme Cordi (2003) a ética não diz o que deve e o que não deve ser feito em cada caso concreto, isso é da competência da moral. A partir dos fatos morais a ética tira conclusões elaborando princípios sobre o comportamento moral.

Podemos afirmar que o conceito de Ética é mais amplo e rico do que o de Moral. Ética implica em reflexão teórica sobre moral e revisões racionais e críticas sobre a validade da conduta humana, sendo o estudo geral do que é bom ou mau, correto ou incorreto, justo ou injusto, adequado ou inadequado, independentemente das práticas culturais.

6.2 O indivíduo e os aspectos da moral

Para Cordi (2003, p.64), **“a moral é tanto um conjunto de normas que determinam como deve ser o comportamento quanto ações realizadas de acordo ou não com tais normas”**.

Segundo o autor desde a infância a pessoa está sujeita à influência do meio social por intermédio da família, da escola, dos amigos e dos meios de comunicação de massa (principalmente a televisão). Assim, ela vai adquirindo aos poucos princípios morais. Portanto, ao nascer o sujeito se depara com um conjunto de normas já estabelecidas e aceitas pelo meio social. Este é o **aspecto social da moral**.

Mas a moral não se reduz ao aspecto social. À medida que o indivíduo desenvolve a reflexão crítica, os valores herdados passam a ser colocados em questão. Ele reflete sobre as normas e decide aceitá-las ou negá-las. A decisão de acatar uma norma é fruto de uma reflexão pessoal consciente que se chama **interiorização**. Essa interiorização da norma é que qualifica o ato como moral. Caso não seja interiorizado, o ato não é considerado moral, é apenas um comportamento determinado pelos instintos, pelos hábitos ou pelos costumes.

A maneira como a consciência individual vai reagir diante das normas depende tanto de elementos referentes à pessoa (formação pessoal, caráter, temperamento) quanto de fatores e instituições sociais (regime político, organização social, sistema econômico, instituições culturais, meios de comunicação em massa) que podem criar possibilidades ou impor obstáculos à realização da moral.

Acompanhe o seguinte exemplo que ilustra o conceito de interiorização de normas: se o condutor de um veículo numa via urbana parar antes da faixa de segurança de maneira espontânea e permitir que os pedestres atravessem a rua estará respeitando as pessoas e o Código de Trânsito Brasileiro, sendo, portanto, um comportamento moral. Entretanto, se ele parar o veículo simplesmente porque tem receio de receber uma multa, seu comportamento se limita apenas ao comprimento da lei.

No comportamento moral a pessoa sabe aquilo que precisa ser feito, independentemente das vantagens ou prejuízos que possa trazer. Assim, quando praticamos um ato moral, poderemos até sofrer consequências negativas, pois o que é moral para uns pode ser amoral ou imoral para outros. O sujeito amoral é aquele que desconsidera as regras ou normas morais, já o sujeito imoral é aquele que conhece as regras ou normas, mas é contra elas.

Podemos dizer que pertence ao vasto campo da moral a reflexão sobre perguntas fundamentais como:

- O que devo fazer para ser justo?
- Quais valores devo escolher para guiar minha vida?
- Há uma hierarquia de valores que deve ser seguida?
- Que tipo de ser humano devo ser nas minhas relações comigo mesmo, com meus semelhantes e com a natureza?
- Que tipo de atitudes devo praticar como pessoa e cidadão?



Essa
interiorização
da norma é
que qualifica
o ato como
moral.”

www.sxc.hu



Figura 1 - Interiorização.

Segundo Chauí (2003) para que haja conduta moral é preciso que exista uma pessoa (sujeito, agente) consciente, isto é, que conhece a diferença entre o bem e o mal, certo e errado, permitido e proibido, virtude e vício. A consciência moral não só conhece tais diferenças, mas também se reconhece como capaz de julgar o valor dos atos e das condutas e de agir em conformidade com os valores morais, sendo por isso responsável por suas ações e sentimentos, bem como pelas conseqüências do que faz e sente. Consciência e responsabilidade são condições indispensáveis da vida ética.

A consciência moral manifesta-se, antes de tudo, na capacidade para deliberar diante das alternativas possíveis, decidindo e escolhendo uma delas antes de lançar-se na ação. Tem a capacidade para avaliar e pesar as motivações pessoais, as exigências feitas pela situação, as conseqüên-

cias para si e para os outros, a conformidade entre meios e fins (empregar meios imorais para alcançar fins morais é impossível), a obrigação de respeitar o estabelecido ou de transgredi-lo (se o estabelecido for imoral ou injusto).

“Consciência e responsabilidade são condições indispensáveis da vida ética.”

O sujeito moral ou ético, isto é, a pessoa, só pode existir se preencher as seguintes condições, conforme Chauí (2003):

- **Ser consciente de si e dos outros**, isto é, ser capaz de reflexão e de reconhecer a existência dos outros como sujeitos éticos iguais a ele.
- **Ser dotado de vontade**, isto é, de capacidade para controlar e orientar desejos, impulsos, tendências, sentimentos (para que estejam em conformidade com a consciência) e de capacidade para deliberar e decidir entre as diversas alternativas possíveis.
- **Ser responsável**, isto é, reconhecer-se como autor da ação, avaliar os efeitos e conseqüências dela sobre si e sobre os outros, assumi-la bem como às suas conseqüências, respondendo por elas.
- **Ser livre**, isto é, ser capaz de oferecer-se como causa interna de seus sentimentos, atitudes e ações, por não estar submetido a poderes externos que o forcem e o constringam a sentir, a querer e a fazer alguma coisa. A liberdade não é tanto para escolher entre alternativas possíveis, mas o poder para autodeterminar-se, dando a si mesmo as regras de conduta.

Se todos os seres humanos reunissem essas condições de forma plena, certamente teríamos um mundo melhor. Mas, como isso não ocorre de maneira espontânea, em muitas situações é necessário formalizar certas normas de conduta social. É aí que entra o papel do Direito em dar garantias à moral.

6.3 Moral e Direito

Segundo Cotrim (2002) as normas morais e as normas jurídicas são estabelecidas pelos membros da sociedade e ambas se destinam a regulamentar as relações humanas. Há vários aspectos comuns a estas duas esferas, pois ambas:

- Apresentam-se como imperativos, ou seja, normas que devem ser seguidas por todos.
- Buscam propor, por meio de normas, uma melhor convivência entre os indivíduos.
- Orientam-se pelos valores próprios a uma determinada sociedade.
- Têm o caráter histórico, isto é, mudam de acordo com as transformações histórico-sociais.



No entanto, o autor descreve diferenças fundamentais entre a moral e o direito:

- As normas morais são cumpridas a partir de uma convicção íntima de cada indivíduo, enquanto as normas jurídicas devem ser cumpridas, havendo ou não adesão do indivíduo a elas, sob pena de punição do Estado em casos de desobediência.
- A punição, no campo do direito, está prevista na legislação, ao passo que, no campo da moral pode variar bastante, pois depende fundamentalmente da consciência moral do sujeito que infringe a norma.
- A esfera da moral é ampla, atingindo diversos aspectos da vida humana, enquanto que a esfera do direito se restringe a questões específicas nascidas de interferência de condutas sócias.
- A moral não necessariamente se traduz em um código formal, enquanto o direito sim.
- O direito mantém uma relação estreita com o Estado, enquanto a moral não apresenta esta vinculação.

“Todos os seres humanos são iguais perante Deus é uma afirmação ética, um princípio universal.”

As leis estão no campo da moral e devem ser avaliadas a partir de seus pressupostos éticos. Para que você entenda melhor vamos exemplificar. A afirmação de que todos os seres humanos são iguais perante Deus é uma afirmação ética, um princípio universal. A lei que considera crime a segregação racial é uma aplicação moral, bem como a lei que condena a escravidão.

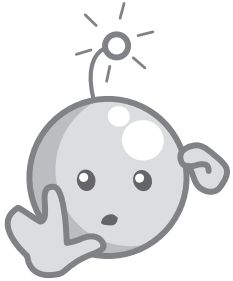
A ética deve ser, portanto, aplicada moralmente através dos códigos legais. As leis são instrumentos de regulamentação social.

Uma outra forma de normatizar o que é ou não moral nas sociedades são os códigos de ética. Pode ser documentado com parágrafos e capítulos ou pode ser, no caso de algumas culturas, uma forma de viver aceita pelos seus membros.

Quando usado na expressão “ética profissional” o termo “ética” significa o conjun-

to de princípios a serem observados pelos indivíduos no exercício de sua profissão. É assim que se fala, por exemplo, da ética dos jornalistas, dos advogados, dos médicos, e que também se aplica aos profissionais da área de Computação e Informática.

Atenção



Você já estudou os impactos positivos e negativos das Tecnologias de Informação e Comunicação para a sociedade. Questões como invasão de privacidade, acesso não-autorizado a sistemas, roubo de dados, pirataria de software, disseminação de vírus de computador, envio de mensagens não-solicitadas, pedofilia, entre outros crimes estão sujeitos a penalidades previstas em leis. Essas penalidades se aplicam a todos os cidadãos, sendo que o profissional da área de Computação e Informática deve ter ainda mais responsabilidade no seu comportamento moral e ético, ser ainda mais responsável pelos seus atos.

Anotações

6.4 Ética Profissional

A reflexão sobre as ações realizadas no exercício de uma profissão, ou seja, sobre a ética profissional, deve iniciar bem antes da prática profissional.

Segundo Glock e Goldim (2003) a fase da escolha profissional, ainda durante a adolescência muitas vezes, já deve ser permeada por esta reflexão. A escolha por uma profissão é optativa, mas ao escolhê-la, o conjunto de deveres profissionais passa a ser obrigatório. Geralmente, quando você é jovem escolhe sua carreira sem conhecer o conjunto de deveres que está prestes a assumir, tornando-se parte daquela categoria que escolheu.

Toda a fase de formação profissional, isto é, o aprendizado das habilidades e competências referentes à prática específica numa determinada área, deve incluir a reflexão antes mesmo do início de qualquer atividade que irá realizar. Ao completar a formação em nível superior, a pessoa faz um juramento que significa sua adesão e comprometimento com a categoria profissional onde formalmente ingressa. Isto caracteriza o aspecto moral da chamada Ética Profissional, esta adesão voluntária a um conjunto de regras estabelecidas como sendo as mais adequadas para o seu exercício.

Mas pode ser que você precise começar a trabalhar antes de estudar ou paralelamente aos estudos e inicia uma atividade profissional sem completar os estudos ou em área que nunca estudou, aprendendo na prática. Isto não exime você da responsabilidade assumida ao iniciar esta atividade! O fato de uma pessoa trabalhar numa área que não escolheu livremente, o fato de “pegar o que apareceu” como emprego por precisar trabalhar, o fato de exercer atividade remunerada onde não pretende seguir carreira, não isenta da responsabilidade de pertencer, mesmo que temporariamente, a uma classe, e há deveres a cumprir.

Um jovem que, por exemplo, exerce a atividade de auxiliar de almoxarifado

durante o dia e, à noite, faz curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, certamente estará pensando sobre seu futuro em outra profissão, mas deve sempre refletir sobre sua prática atual.

Você deve estar se questionando como deve ser esta reflexão. Algumas perguntas podem guiar a reflexão, até ela tornar-se um hábito incorporado ao dia-a-dia.

Tomando-se o exemplo anterior, esta pessoa pode se perguntar sobre os deveres assumidos ao aceitar o trabalho como auxiliar de almoxarifado, como está cumprindo suas responsabilidades, o que esperam dela na atividade, o que ela deve fazer e como deve fazer, mesmo quando não há outra pessoa olhando ou conferindo.

Pode perguntar a si mesmo: estou sendo bom profissional? Estou agindo adequadamente? Realizo corretamente minha atividade?

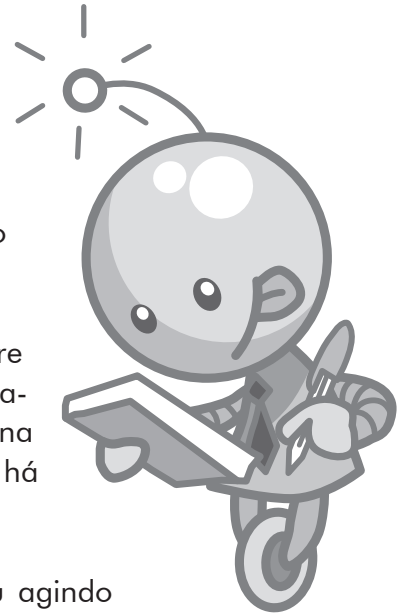
É fundamental ter sempre em mente que há uma série de atitudes que não estão descritas nos códigos de todas as profissões, mas que são comuns a todas as atividades que uma pessoa pode exercer.

Atitudes de generosidade e cooperação no trabalho em equipe, mesmo quando a atividade é exercida solitariamente em uma sala, fazem parte de um conjunto maior de atividades que dependem do bom desempenho destas. Uma postura pró-ativa, ou seja, não ficar restrito apenas às tarefas que foram dadas a você, mas contribuir para o engrandecimento do trabalho, mesmo que ele seja temporário.

O auxiliar de almoxarifado que verifica se não há umidade no local destinado para colocar caixas de alimentos, o médico cirurgião que confere as suturas nos tecidos internos antes de completar a cirurgia, o contador que impede uma fraude ou desfalque, ou que não mascara o balanço de uma empresa, o engenheiro que utiliza o material mais indicado para a construção de uma obra, todos estão agindo de forma eticamente correta em suas profissões, ao fazerem o que não é visto, ao fazerem aquilo que, alguém descobrindo, não saberá quem fez, mas que estão preocupados, mais do que com os deveres profissionais, com as pessoas.

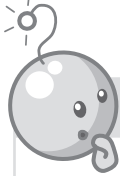
As leis de cada profissão são elaboradas com o objetivo de proteger os profissionais, a categoria como um todo e as pessoas que dependem daquele profissional, mas há muitos aspectos não previstos especificamente e que fazem parte do comprometimento do profissional em ser eticamente correto, aquele que, independente de receber elogios, faz a coisa certa.

É imprescindível estar sempre bem informado, acompanhando não apenas as mudanças nos conhecimentos técnicos da sua área profissional, mas também nos aspectos legais e normativos.



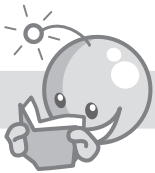
“É fundamental ter sempre em mente que há uma série de atitudes que não estão descritas nos códigos de todas as profissões.”

Se você se encontra em um dilema moral relacionado com a utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação, procure obter ajuda. Converse com as pessoas nas quais você confia. Certifique-se de que você tem todos os fatos. Pense em caminhos alternativos para a sua ação com base em princípios diferentes. Encontre uma solução da qual você possa ficar orgulhoso.



Pensando sobre o assunto

Procure lembrar de alguma situação ética que você tenha enfrentado. Qual foi a decisão tomada? Quais foram as consequências? Você acredita que tomou a melhor decisão?



Recapitulando

Moral é o conjunto de normas, princípios e costumes que orientam o comportamento humano tendo como base os valores próprios a uma dada comunidade ou grupo social.

A Moral é tanto um conjunto de normas que determinam como deve ser o comportamento quanto ações realizadas de acordo ou não com tais normas. Para que haja conduta moral é preciso que exista uma pessoa (sujeito, agente) consciente, isto é, que conhece a diferença entre o bem e o mal, certo e errado, permitido e proibido, virtude e vício.

Ética é uma reflexão sistemática sobre o comportamento moral. Ela investiga, analisa e explica a moral de uma determinada sociedade. O termo “Ética Profissional” significa o conjunto de princípios a serem observados pelos indivíduos no exercício de sua profissão.

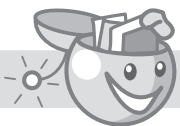
As normas morais e as normas jurídicas são estabelecidas pelos membros da sociedade e ambas se destinam a regulamentar as relações humanas.



Verificando a aprendizagem

Nas questões a seguir assinale “V” para afirmativas verdadeiras e “F” para falsas:

1. () Moral é o conjunto de normas, princípios e costumes que orientam o comportamento humano. Ela está diretamente relacionada com as práticas culturais, portanto, muda conforme a época histórica e o lugar.
2. () O sujeito moral é a uma pessoa consciente de seus interesses em detrimento aos outros, demonstra ter vontade para realizar seus próprios objetivos e é responsável por seus atos, não se importando com as consequências.
3. () À medida que o indivíduo desenvolve a reflexão crítica, os valores herdados passam a ser colocados em questão. Assim, ele reflete sobre as normas e decide aceitá-las ou negá-las.
4. () A ética investiga, analisa e explica a moral de uma determinada sociedade. Portanto, a ética define-se como o conhecimento, a teoria ou a ciência do comportamento moral.
5. () Na empresa, fazer uso do cargo para benefício próprio, comentar com outros os problemas que acontecem dentro de sua equipe e não assumir os seus erros são exemplos de um sujeito moral.
6. () Faltar com o compromisso para com o cliente, vender produtos falsificados, não cumprir com as obrigações fiscais e trabalhistas e prejudicar o meio ambiente são atitudes que não correspondem a um sujeito moral.
7. () Um pai de família desempregado, com filhos pequenos e a esposa doente, recebe uma oferta de emprego para o qual deverá ser desonesto e beneficiar seu patrão. A decisão dele em recusar demonstra o seu comportamento moral.
8. () A maneira como a consciência individual vai reagir diante das situações não depende da formação e caráter da pessoa nem de influências externas como, por exemplo, a televisão.
9. () As normas morais são cumpridas a partir de uma convicção íntima de cada indivíduo, enquanto as normas jurídicas devem ser cumpridas, havendo ou não adesão do indivíduo a elas, sob pena de punição do Estado em casos de desobediência.
10. () Na ética profissional existe uma adesão voluntária das pessoas a um conjunto de regras estabelecidas como sendo as mais adequadas para o exercício da profissão. Portanto, pessoas que ainda não concluíram a formação não precisam seguir nenhum princípio de ética profissional.



Saiba mais

Livros da área de Computação e Informática que abordam questões éticas:

FEDELI, Ricardo D.; POLLONI, Enrico G. F.; PERES, Fernando E. **Introdução à ciência da computação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MEYER, Marilyn; BABER, Roberta; PFAFFENBERGER, Bryan. **Nosso futuro e o computador**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

O'BRIEN, James A.; MOREIRA, Cid Knipel. **Sistemas de informação: e as decisões gerenciais na era da internet**. São Paulo: Saraiva, 2004.

Anotações

GLOCK, Rosana Soibelman, GOLDIM, José Roberto. Ética profissional é compromisso social. **Mundo Jovem**. Porto Alegre: PUCRS, 2003.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos de filosofia: história e grandes temas**. 15. ed. São Paulo, 2002.

Vamos estudar os aspectos éticos do profissional da área de Computação e Informática tendo como base um código de ética. Até breve!

Anotações